



**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO
SUBSECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA FISCAL
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE FISCAL**



**ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO/2021**

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA

André Clemente Lara de Oliveira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Patrícia Ferreira Motta Café

SUBSECRETÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA FISCAL

Marco Antonio Lima Lincoln

COORDENADORA DE PREVISÃO E ANÁLISE FISCAL

Kátia Andréa Lobo Leite

Arrecadação Tributária do Distrito Federal – Outubro de 2021

Fonte de dados:

Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 16/11/2021

Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGEST em 04/11/2021

Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO em 09/11/2021

Equipe Técnica

Leônidas Feitosa Duarte

Márcio Luiz Torres de Oliveira

SBN Quadra 2 Bloco A

Edifício Vale do Rio Doce, 11º andar, sala 1107

Brasília – DF CEP 70040-909

(61) 3312-8484 / 3312-8042

I. ARRECADAÇÃO TOTAL

No mês de outubro de 2021, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.612,9 milhões em valores correntes, o que corresponde a aumento nominal de 8,0% e decréscimo real de 2,8%, utilizando como deflator o INPC/IBGE.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	Outubro/2021	Outubro/2020	Outubro/2020 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em Outubro/2021
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	886.710	882.560	980.344	+4.149	+0,5%	-93.634	-9,6%	54,98%
ISS	183.918	150.961	167.686	+32.957	+21,8%	+16.232	+9,7%	11,40%
IRRF	296.140	279.193	310.127	+16.947	+6,1%	-13.987	-4,5%	18,36%
IPVA	41.491	46.193	51.311	-4.703	-10,2%	-9.821	-19,1%	2,57%
IPTU	61.475	31.118	34.566	+30.357	+97,6%	+26.909	+77,8%	3,81%
ITBI	60.885	67.601	75.091	-6.715	-9,9%	-14.205	-18,9%	3,78%
ITCD	17.391	16.206	18.002	+1.185	+7,3%	-610	-3,4%	1,08%
TAXAS	64.449	19.915	22.121	+44.535	+223,6%	+42.328	+191,3%	4,00%
OUTROS IMPOSTOS (1)	396	135	150	+261	+193,2%	+246	+163,9%	0,02%
Total da Arrecadação	1.612.856	1.493.882	1.659.398	118.973	+8,0%	-46.542	-2,8%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 09/11/2021.

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Destaques de Outubro de 2021

- Aumento real em **TAXAS** (+R\$ 42,3 milhões), influenciado pela arrecadação de taxa de controle e fiscalização ambiental.
- Acréscimo real no **IPTU** (+R\$ 26,9 milhões).
- Decréscimos reais no **ICMS** (-R\$ 93,6 milhões), **ITBI** (-R\$ 14,2 milhões) e **IRRF** (-R\$ 14,0 milhões).

No acumulado de janeiro a outubro de 2021, a arrecadação tributária somou R\$ 16.209,2 milhões em valores correntes, o que representou aumento nominal de 13,3% e real de 4,3% em relação a igual período de 2020.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2021 (até Outubro)	2020 (até Outubro)	2021 pelo INPC/IBGE	2020 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em 2021
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	8.063.014	6.988.551	8.408.337	7.916.813	+1.074.464	+15,4%	+491.524	+6,2%	49,68%
ISS	1.797.992	1.517.711	1.875.307	1.720.327	+280.282	+18,5%	+154.980	+9,0%	11,08%
IRRF	2.770.481	2.695.387	2.890.655	3.055.135	+75.095	+2,8%	-164.480	-5,4%	17,08%
IPVA	1.213.479	1.162.334	1.286.014	1.321.715	+51.145	+4,4%	-35.701	-2,7%	7,60%
IPTU	1.175.915	1.051.700	1.226.562	1.196.251	+124.216	+11,8%	+30.311	+2,5%	7,25%
ITBI	571.849	415.179	596.334	469.589	+156.671	+37,7%	+126.745	+27,0%	3,52%
ITCD	206.350	119.340	214.325	135.101	+87.009	+72,9%	+79.224	+58,6%	1,27%
TAXAS	403.254	357.906	419.893	406.574	+45.349	+12,7%	+13.318	+3,3%	2,48%
OUTROS IMPOSTOS (1)	6.867	2.423	7.181	2.746	+4.444	+183,4%	+4.434	+161,5%	0,04%
Total da Arrecadação	16.209.203	14.310.530	16.924.607	16.224.251	+1.898.673	+13,3%	+700.355	+4,3%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 09/11/2021.

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Destaques do período de janeiro a outubro de 2021

- Aumentos reais no **ICMS** (+R\$ 491,5 milhões), **ISS** (+R\$ 155,0 milhões) e **ITBI** (+126,7 milhões).
- Decréscimo real no **IRRF** (-R\$ 164,5 milhões).

II. ARRECADAÇÃO X PREVISÃO

Na comparação da receita realizada com a prevista para LOA, programação financeira e previsão mensal de curto prazo, esta última elaborada para subsidiar o cronograma de desembolsos financeiros, apresentam-se os seguintes destaques para o **mês de outubro/2021**:

- **LOA:** Receita realizada acima da prevista, em R\$ 377,2 milhões (+30,5%), sobretudo em função dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 210,0 milhões) e do **IRRF** (+R\$ 67,4 milhões).
- **Programação financeira:** Realização acima da previsão em R\$ 291,7 milhões (+22,1%), sendo os principais desvios positivos observados para o **ICMS** (+R\$ 196,6 milhões) e **TAXAS** (+R\$ 39,7 milhões).
- **Previsão mensal:** Receita realizada acima da prevista em R\$ 54,3 milhões (+3,5%), decorrente principalmente dos desvios positivos de **TAXAS** (+R\$ 49,3 milhões) e do **ICMS** (+R\$ 26,7 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - OUTUBRO 2021

VALORES EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	LOA (A)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	PREVISÃO MENSAL (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D - B)	(D - C)
ICMS	676.675	690.082	860.036	886.710	210.035	196.627	26.674
ISS	163.755	168.934	184.380	183.918	20.163	14.984	(462)
IRRF	228.702	293.698	329.556	296.140	67.438	2.442	(33.416)
IPVA	58.348	51.200	49.094	41.491	(16.858)	(9.709)	(7.603)
IP TU	35.284	37.426	39.548	61.475	26.191	24.050	21.927
ITBI	38.205	39.317	62.697	60.885	22.680	21.569	(1.812)
ITCD	13.228	15.483	17.368	17.391	4.164	1.908	23
TAXAS	21.195	24.737	15.186	64.449	43.255	39.712	49.263
OUTROS IMPOSTOS (1)	235	287	651	396	161	109	(255)
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.235.628	1.321.165	1.558.515	1.612.856	377.228	291.691	54.340

Fonte: SIGGO (Receita Realizada); Lei nº 6.778/2021 (LOA); Processo SEI nº 00040-00041421/2020-01 (Programação Financeira);

Coordenação de Previsão e Análise Fiscal/SUAPOF/SEAE/SEEC (Previsão Mensal).

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Quanto ao **período de janeiro a outubro de 2021**, as diferenças mais expressivas foram:

- **LOA:** Receita realizada acima da prevista em R\$ 2.347,9 milhões (+16,9%), decorrente sobretudo dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 1.489,5 milhões), do **ITBI** (+R\$ 240,8 milhões), do **ISS** (+R\$ 210,9 milhões) e do **IRRF** (+R\$ 195,2 milhões).
- **Programação financeira:** Realização acima da prevista em R\$ 1.543,5 milhões (+10,5%), decorrente principalmente dos desvios positivos observados no **ICMS** (+R\$ 1.144,5 milhões), no **IPVA** (+R\$ 218,6 milhões) e no **ITBI** (+R\$ 208,7 milhões).
- **Previsão mensal:** Receita realizada acima da prevista em R\$ 1.265,1 milhões (+8,5%), decorrente principalmente dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 733,3 milhões), **IPVA** (+R\$ 231,6 milhões), **TAXAS** (+R\$ 128,3 milhões) e **IPTU** (+108,0 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PERÍODO DE JANEIRO A OUTUBRO - 2021

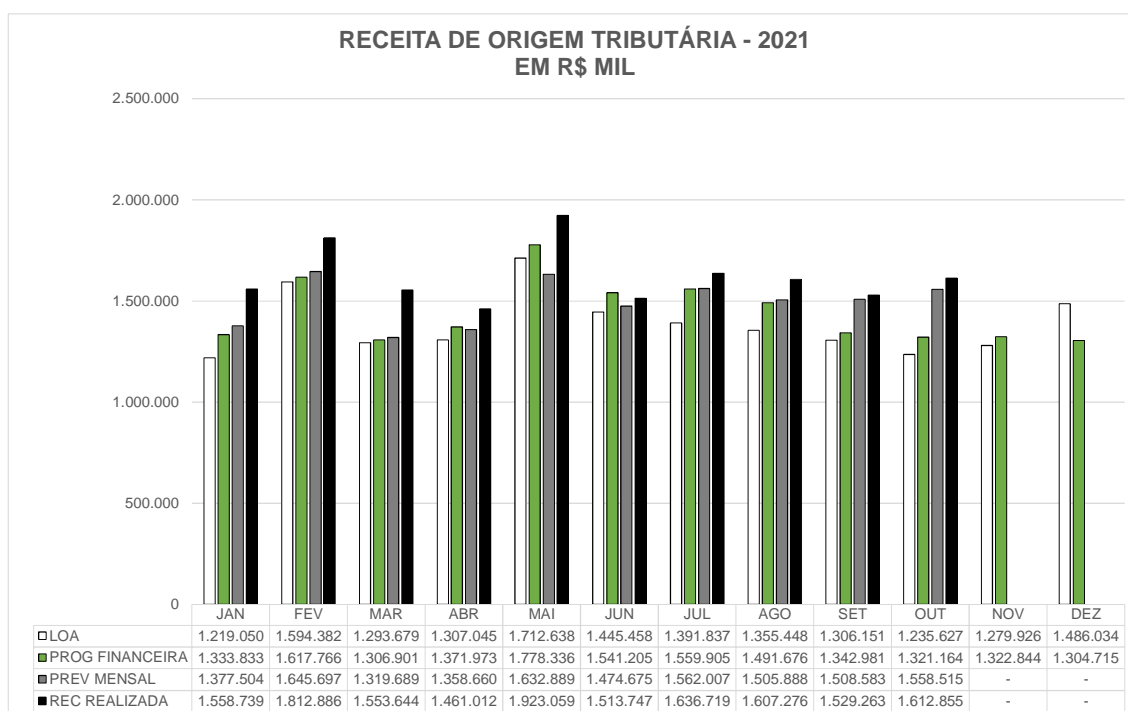
VALORES EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	LOA (A)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	PREVISÃO MENSAL (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D - B)	(D - C)
ICMS	6.573.556	6.918.489	7.329.684	8.063.014	1.489.458	1.144.525	733.331
ISS	1.587.063	1.693.290	1.731.744	1.797.992	210.930	104.702	66.248
IRRF	2.575.294	2.835.423	2.914.680	2.770.481	195.188	(64.941)	(144.199)
IPVA	1.189.419	994.874	981.892	1.213.479	24.060	218.605	231.587
IPTU	1.105.860	1.325.118	1.067.942	1.175.915	70.055	(149.202)	107.973
ITBI	331.048	363.181	486.708	571.849	240.801	208.668	85.141
ITCD	129.571	132.977	151.625	206.350	76.779	73.372	54.724
TAXAS	366.691	399.578	274.939	403.254	36.564	3.676	128.315
OUTROS IMPOSTOS (1)	2.819	2.813	4.898	6.867	4.048	4.054	1.969
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	13.861.320	14.665.744	14.944.113	16.209.203	2.347.883	1.543.459	1.265.091

Fonte: SIGGO (Receita Realizada); Lei nº 6.778/2021 (LOA); Processo SEI nº 00040-00041421/2020-01 (Programação Financeira);

Coordenação de Previsão e Análise Fiscal/SUAPOF/SEAE/SEEC (Previsão Mensal).

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.



III. ARRECAÇÃO DO ICMS

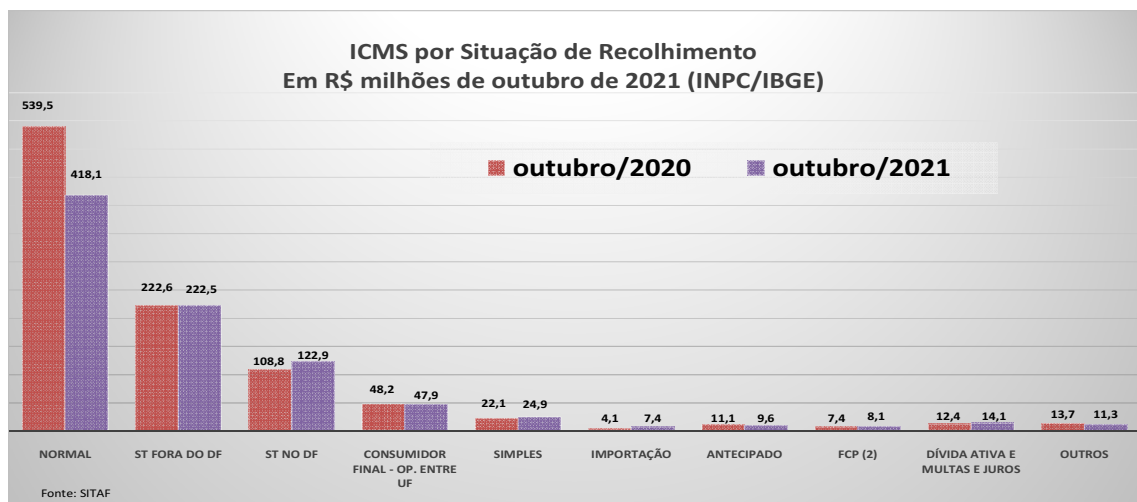
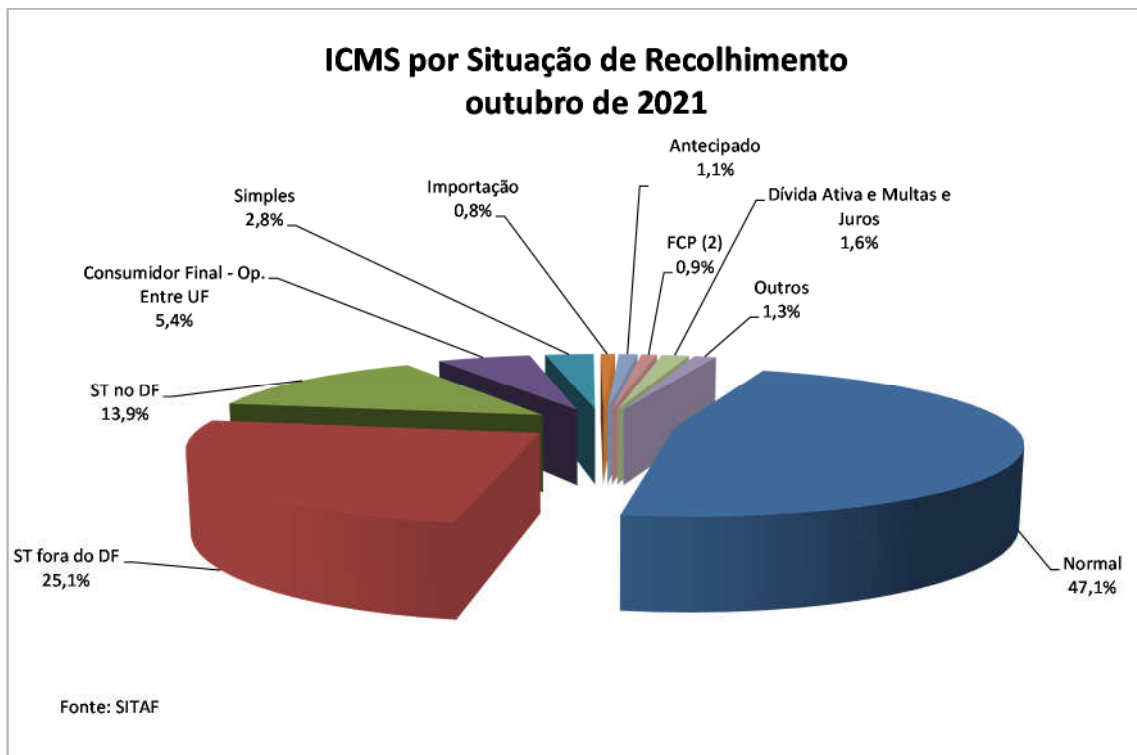
Tendo em vista reclassificação contábil das contas de receita, a receita do ICMS por modalidade de recolhimento deixou de ser obtida desde 2019 por meio de consulta no SIGGO e passou a ter como fonte o sistema SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO.

1. ICMS por origem de recolhimento

Decompondo a arrecadação do ICMS por situação de recolhimento em outubro de 2021, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto advém do regime normal de tributação, com 47,1%, seguida da substituição tributária fora e dentro do DF, com 25,1% e 13,9% respectivamente, perfazendo no conjunto 86,1% da receita total do imposto. Vale destacar que a arrecadação do ICMS Normal registrou em outubro o segundo melhor desempenho do ano, atrás apenas dos ingressos de janeiro, oriundo das vendas natalinas.

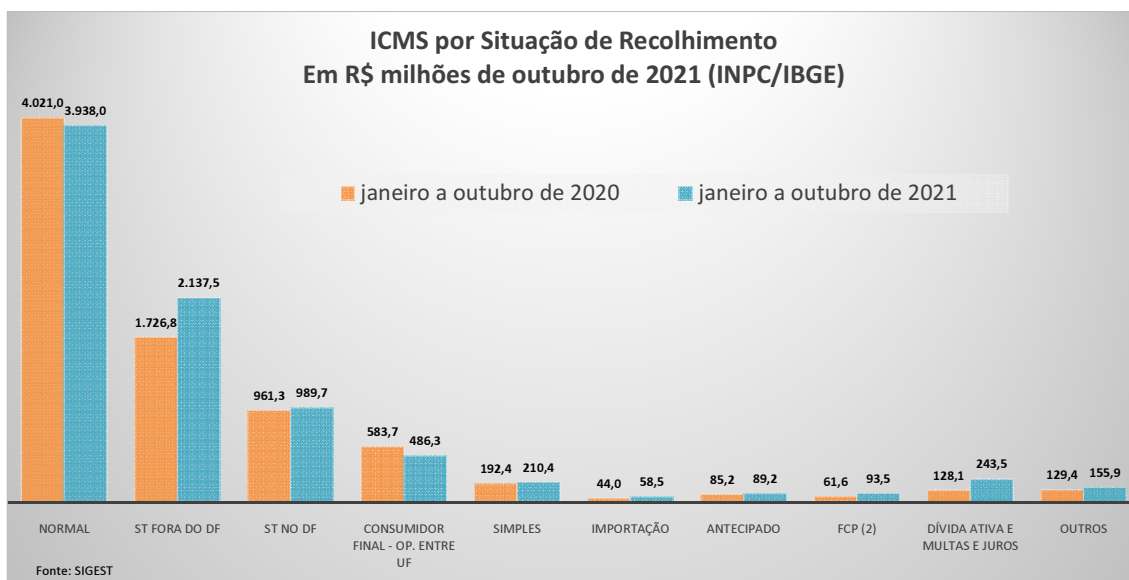
Destaques de outubro de 2021

- **ICMS Normal:** perda real de 22,5% (-R\$ 121,5 milhões).
- **Substituição Tributária no DF:** expansão real de 12,9% (+R\$ 14,1 milhões).
- **Importação:** aumento real de 78,3% (+R\$ 3,2 milhões).
- **Simples:** acréscimo real de 13,1% (+R\$ 2,9 milhões)



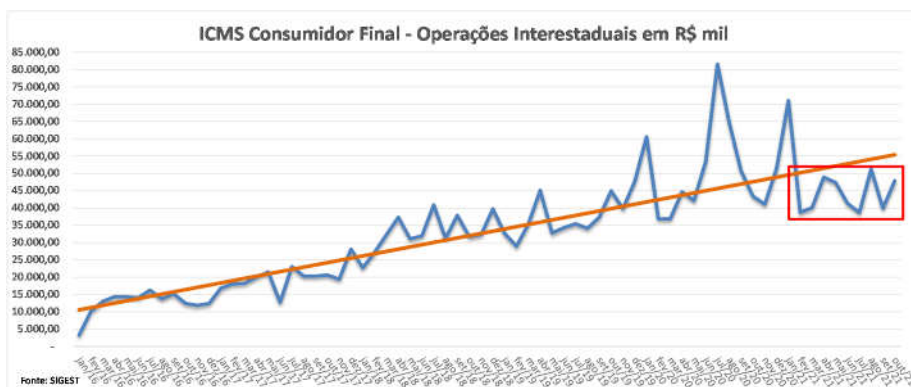
Destaques do período de janeiro a outubro de 2021

- **Substituição Tributária fora do DF:** crescimento real de 23,8% (+R\$ 410,7 milhões).
- **Dívida Ativa e Multa e Juros :** aumento real de 90,0% (+R\$ 115,3 milhões), impactado pelo programa REFIS-DF 2020.
- **Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCP):** acréscimo real de 51,6% (+R\$ 31,8 milhões).
- **Consumidor Final – Operações Interestaduais:** decréscimo real de 16,7% (-R\$ 97,3 milhões).
- **ICMS Normal:** perda real de 2,1% (-R\$ 83,0 milhões).



1.1 Consumidor Final – Operações Interestaduais

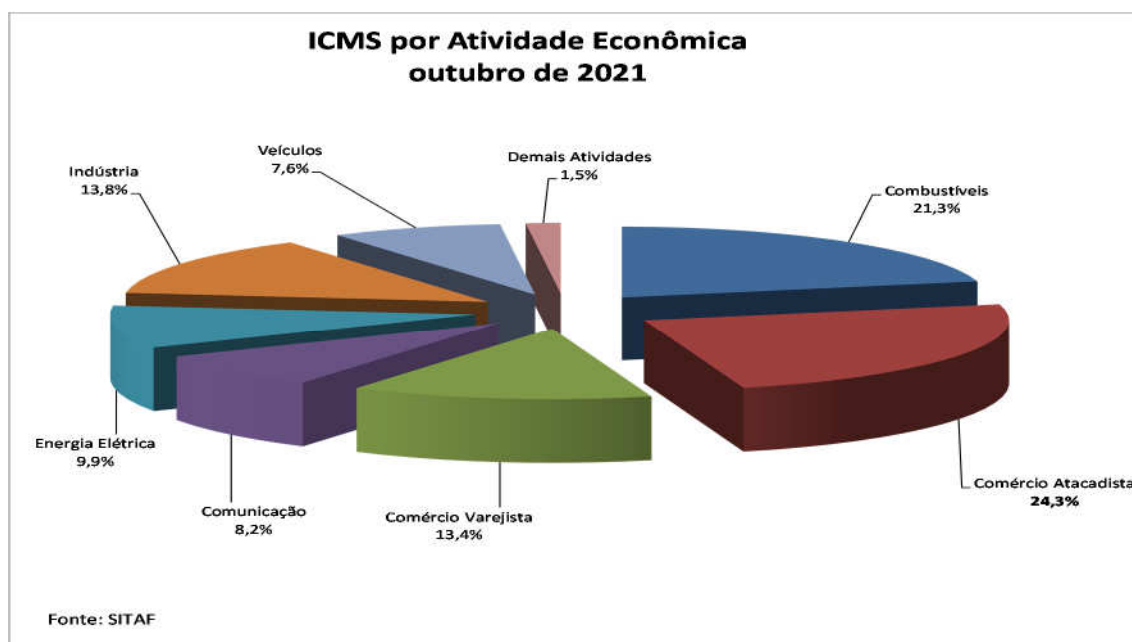
A arrecadação decorrente da EC nº 87/2015, em grande parte advinda do comércio eletrônico, atingiu R\$ 47,9 milhões em outubro de 2021, ficando abaixo da curva de tendência de longo prazo, conforme observado na figura subsequente. Ademais, observa-se que do período de fevereiro a outubro de 2021, a arrecadação manteve-se no intervalo entre R\$ 38 milhões e R\$ 51 milhões.

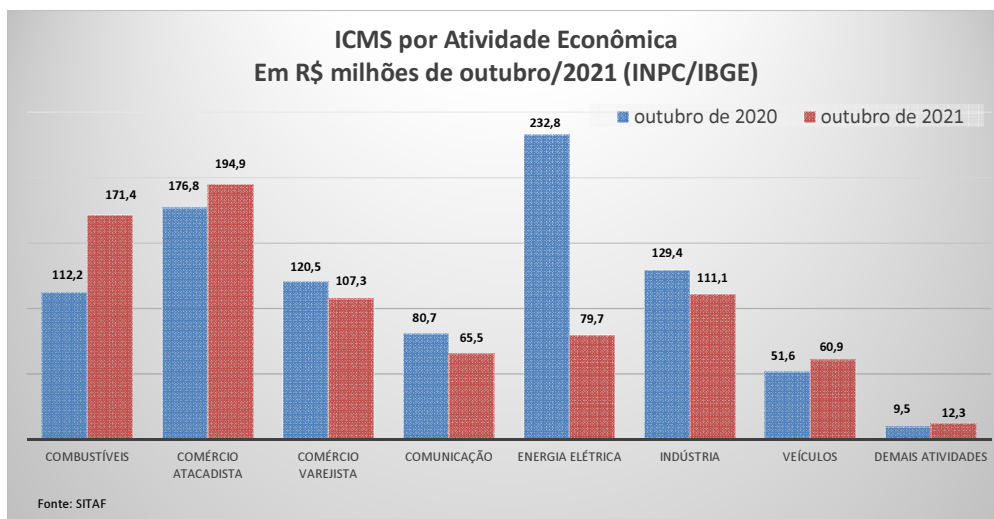


Assim sendo, registram-se perdas reais para os recolhimentos oriundos das operações interestaduais para consumidor final de 0,7% em outubro de 2021 frente outubro de 2020 e de 16,7% no período de janeiro a outubro de 2021 ante igual período de 2020.

2. ICMS por atividade econômica

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas, obtido por meio de dados extraídos do SITAF, os setores mais representativos em outubro de 2021 foram comércio atacadista (24,3%); combustíveis (21,3%); indústria (13,8%); e comércio varejista (13,4%). Na sequência, aparecem energia elétrica e comunicação, com participações de 9,9% e 8,2%, respectivamente.





Destques de outubro de 2021

- **Combustíveis:** aumento real de 52,8% (+R\$ 59,2 milhões).
- **Comércio atacadista:** ganho real de 10,2% (+R\$ 18,1 milhões), tendo os segmentos de medicamentos e bebidas como destaque, registrando respectivamente acréscimos reais de 25,5% e 54,2% em relação ao mesmo período de 2020.
- **Energia Elétrica:** decréscimo real de 65,8% (-R\$ 153,1 milhões), influenciada pela elevada base comparativa de outubro de 2020 devido a recolhimentos do último quadrimestre de 2019 no montante de R\$ 151,7 milhões.
- **Indústria:** perda real de 14,1% (-R\$ 18,3 milhões).

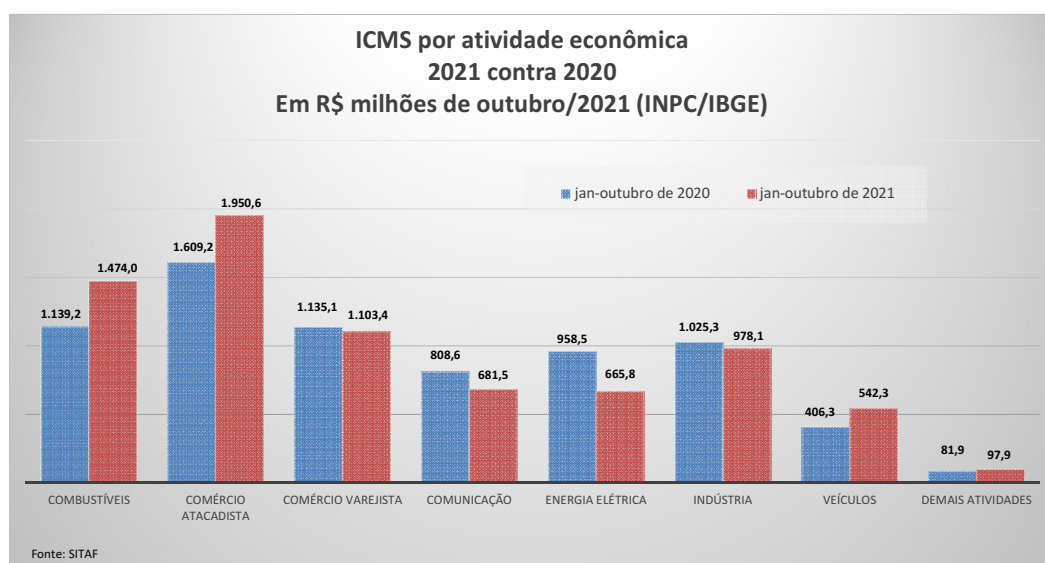
ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1)							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em%)		Composição da arrecadação (out/2021)
	out/21	2021	out/20	2020	out/21 / out/20	2021 / 2020	
Combustíveis	171.404	1.473.975	112.172	1.139.221	52,8%	29,4%	21,3%
Comércio Atacadista	194.941	1.950.606	176.845	1.609.155	10,2%	21,2%	24,3%
Comércio Varejista	107.295	1.103.367	120.532	1.135.099	-11,0%	-2,8%	13,4%
Comunicação	65.510	681.508	80.749	808.577	-18,9%	-15,7%	8,2%
Energia Elétrica	79.726	665.789	232.816	958.498	-65,8%	-30,5%	9,9%
Indústria	111.052	978.057	129.354	1.025.340	-14,1%	-4,6%	13,8%
Veículos	60.903	542.252	51.636	406.318	17,9%	33,5%	7,6%
Demais Atividades	12.333	97.882	9.493	81.852	29,9%	19,6%	1,5%
Total da Arrecadação	803.163	7.493.436	913.597	7.164.060	-12,1%	4,6%	100,00%

Fonte: SITAF

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques de janeiro a outubro de 2021

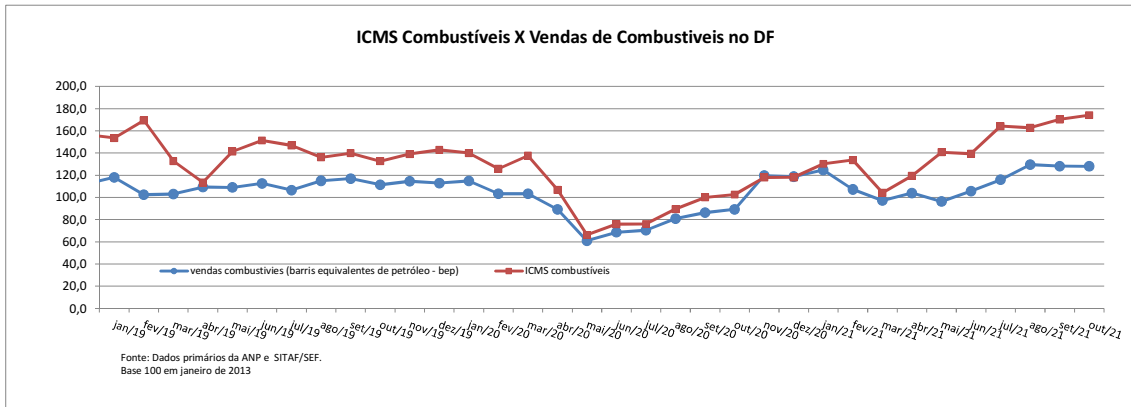
- **Combustíveis:** acréscimo real de 29,4% (+R\$ 334,8 milhões).
- **Comércio Atacadista:** ganho real de 21,2% (+R\$ 341,4 milhões), assim como na análise mensal, destacando-se medicamentos e bebidas, com acréscimos reais de 51,0% e 37,0% em relação ao mesmo período de 2020.
- **Veículos:** incremento real de 33,5% (+R\$ 135,9 milhões).
- **Energia Elétrica:** queda real de 30,5% (-R\$ 292,7 milhões), influenciada pela elevada base comparativa devido a recolhimentos de fatos geradores de 2019 em 2020.
- **Comunicação:** queda real de 15,7% (-R\$ 127,1 milhões).



2.1 Combustíveis

A figura a seguir compara a venda de combustíveis no DF (fonte ANP) com a arrecadação do ICMS do setor. Observa-se proximidade das curvas de arrecadação e do volume físico de vendas de combustíveis ao longo do período da pandemia, de abril de 2020 a março de 2021. Após o primeiro trimestre de 2021, em função das elevações de preços, ocorre descolamento das curvas,

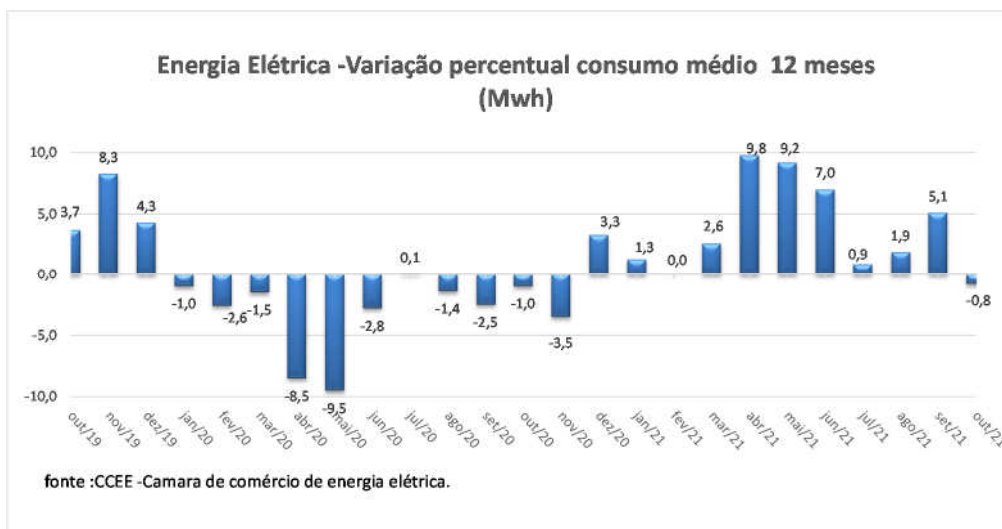
com o aumento da arrecadação do ICMS superando o aumento do faturamento do setor.



Nesse sentido, em termos reais, a receita mensal do ICMS Combustíveis, impactada pelo aumento da mobilidade urbana e de preços do segmento, registrou aumento real de 52,8 % em outubro de 2021 e 29,4% no acumulado dos dez primeiros meses de 2021, frente a iguais períodos do ano anterior.

2.2 Energia Elétrica

De acordo com dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o consumo médio de energia elétrica no Distrito Federal apresentou decréscimo em outubro de 0,8%. Trata-se de primeira retração após dezembro de 2020.

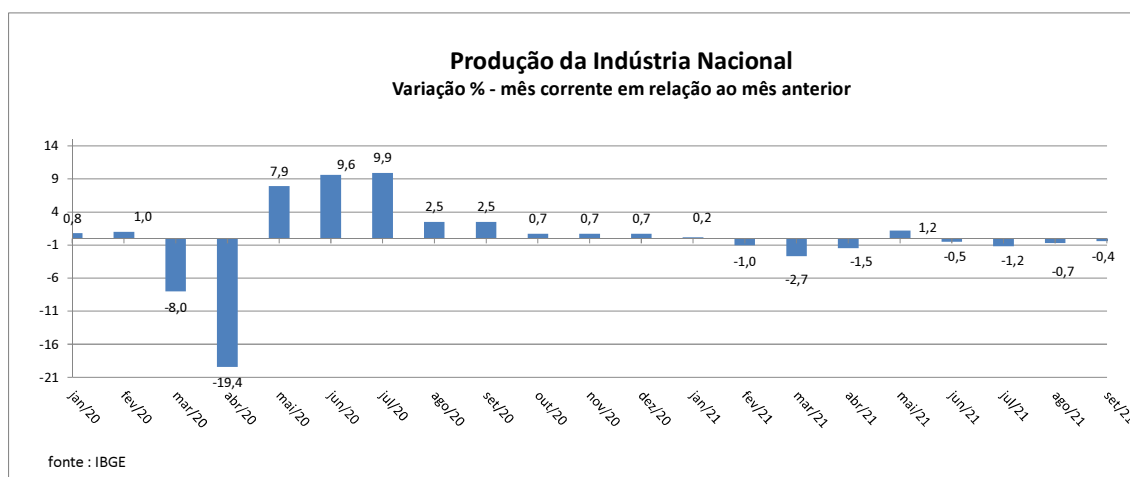


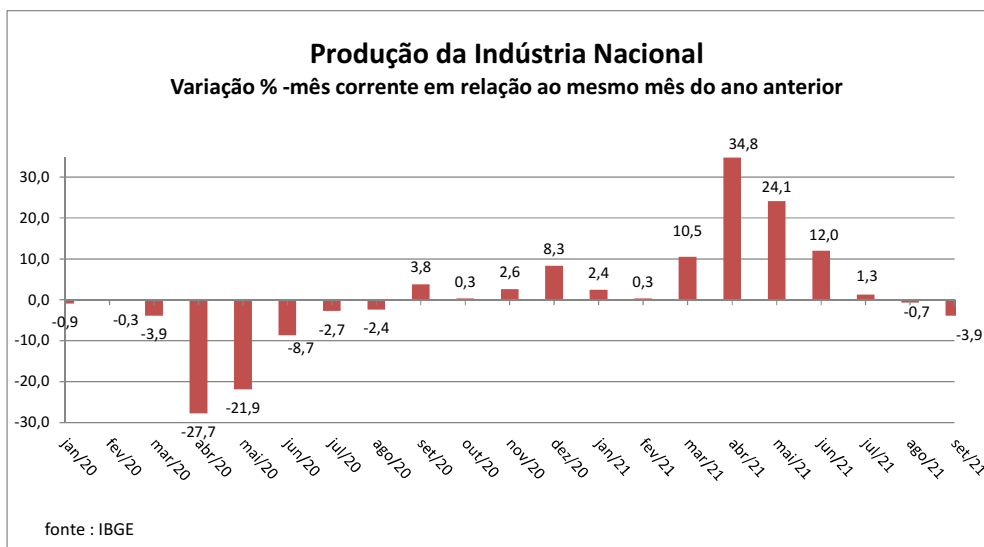
Em função da elevada base comparativa observada em outubro de 2020, a receita do ICMS energia elétrica no Distrito Federal registrou retração real de 65,8% em outubro de 2021, na comparação com outubro de 2020, e queda de 30,5% de janeiro a outubro de 2021 contra correspondente período de 2020. Vale destacar a adoção de bandeiras tarifárias a partir do primeiro bimestre de 2021, com valores acrescidos a cada 100 KWh consumidos, passando de R\$ 1,34 em janeiro/fevereiro para R\$ 4,16 em maio; R\$ 6,24 em junho; R\$ 9,49 em julho; e finalmente R\$ 14,20 a partir de outubro.

2.3 Indústria

De acordo com dados publicados pelo IBGE, a indústria nacional sofreu retração pelo quarto mês consecutivo com queda de 0,4% em setembro contra o mês precedente. Em relação a setembro de 2020, foi registrado recuo de 3,9%. No ano, o setor ainda acumula expansão de 7,5%. Em 12 meses até setembro, o avanço é de 6,4%.

Nesse sentido a indústria fica 3,2% abaixo do patamar de fevereiro do ano passado, cenário antes da pandemia, e 19,4% abaixo do nível recorde, registrado em 2011.



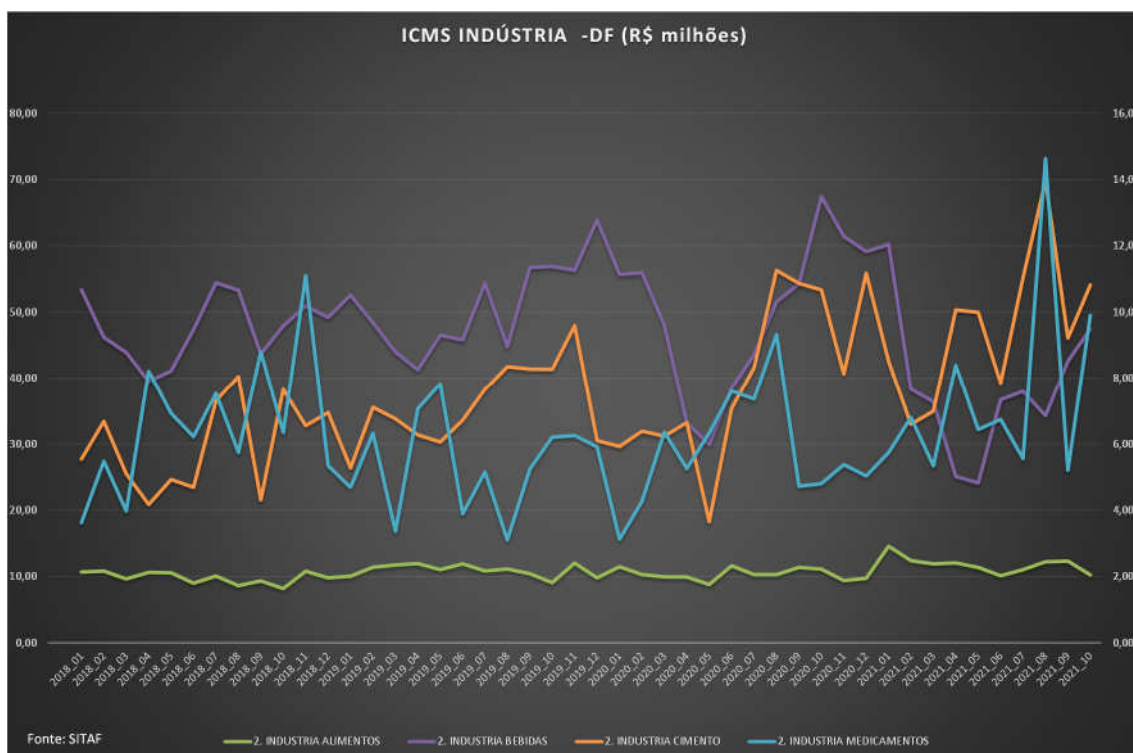


Dentre as grandes categorias, excetuando-se bens de consumo semiduráveis e não duráveis (+0,2%), as demais apresentaram variações negativas no mês: bens de consumo duráveis (-0,2%), que teve o nono resultado negativo, seguido de bens intermediários (-0,1%), que teve a sexta queda seguida e bens de capital (-1,6%).

Houve taxas negativas em 10 dos 26 ramos pesquisados. Os maiores impactos no índice geral de setembro vieram da queda na produção do segmento de produtos alimentícios (-1,3%) e de metalurgia (-2,5%).

No Distrito Federal, a arrecadação do ICMS da indústria registrou queda real de 14,1% em outubro de 2021 frente a igual mês de 2020. No comparativo de 2021 frente a igual período de 2020, a perda foi de 4,6%.

Considerando os setores mais representativos da arrecadação do ICMS industrial no DF (alimentos, cimento, medicamentos e bebidas), depreende-se recuperação em outubro ante setembro, excetuando alimentos. Entretanto, no comparativo com outubro de 2020, registra-se perdas reais em alimentos (-7,8%) e bebidas (-29,6%) e ganhos para medicamentos (+106,4%) e cimento (+1,4%).



2.4 Veículos

De acordo com dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), as vendas de veículos novos, totalizaram 276,0 mil unidades em outubro, ou seja, baixa de 1,78% no comparativo mensal e retração de 17,07% no cotejo interanual. No acumulado do ano, os emplacamentos somam 2,86 milhões de veículos licenciados, 16,15% acima do volume dos primeiros dez meses de 2020. A falta de componentes eletrônicos (semicondutores) continua acarretando escassez de veículos produzidos pelas montadoras. Foi o pior outubro dos últimos cinco anos.

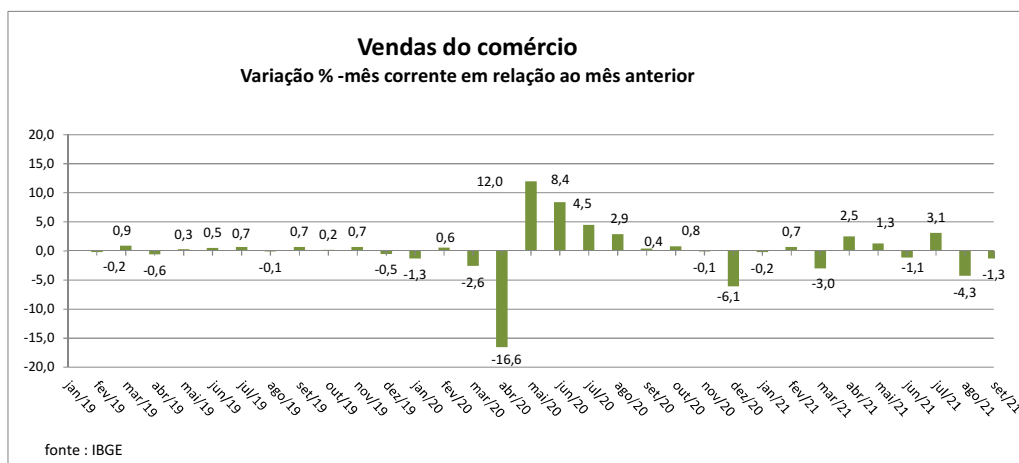
Para o desempenho da atividade local, de acordo com o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), em outubro, houve retrações de 13,32% frente ao mês anterior e de 13,57% ante outubro de 2020. Foram emplacados 6.531 veículos em outubro de 2021, contra 7.535 em setembro de 2021 e 7.565 em outubro de 2020. Contudo, no resultado acumulado de 2021 ante 2020, os emplacamentos apresentam elevação de 11,89%.

DISTRITO FEDERAL									
SEGUIMENTO BRASÍLIA - DF	outubro 2021 (A)	setembro 2021 (B)	acumulado 2021 (C)	outubro 2020 (D)	acumulado 2020 (E)	SEGUIMENTO BRASÍLIA - DF	(A/B)	(A/D)	(C/E)
a) Autos	3.034	3.169	36.373	4.649	38.009	a) Autos	-4,26%	-34,74%	-4,30%
b) Com. Leves	1.684	2.037	17.719	1.471	13.072	b) Com. Leves	-17,33%	14,48%	35,55%
(a+b)	4.718	5.206	54.092	6.120	51.081	(a+b)	-9,37%	-22,91%	5,89%
c) Caminhões	88	111	1.004	61	764	c) Caminhões	-20,72%	44,26%	31,41%
d) Ônibus/ Micros	39	21	438	26	603	d) Ônibus/Micros	85,71%	50,00%	-27,36%
(c+d)	127	132	1.442	87	1.367	(c+d)	-3,79%	45,98%	5,49%
Subtotal	4.845	5.338	55.534	6.207	52.448	Subtotal	-9,24%	-21,94%	5,88%
e) Motos	1.620	2.112	15.403	1.261	10.782	e) Motos	-23,30%	28,47%	42,86%
f) Imp.Rodov./ Outros	66	85	717	97	812	f) Imp. Rodov./Outros	-22,35%	-31,96%	-11,70%
(e+f)	1.686	2.197	16.120	1.358	11.594	(e+f)	-23,26%	24,15%	39,04%
TOTAL GERAL	6.531	7.535	71.654	7.565	64.042	TOTAL GERAL	-13,32%	-13,67%	11,89%

A arrecadação do ICMS sobre veículos se mostrou-se acima do desempenho das vendas, com aumento real de 17,9% em outubro de 2021, frente a igual mês de 2020, e 33,5% no confronto do ano de 2021 com 2020.

2.5 Comércio Varejista

Em setembro de 2021, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou involução de 1,3% na série livre de influências sazonais, voltando a ficar abaixo do nível pré-pandemia de fevereiro de 2020. Na comparação com agosto passado, as vendas recuaram 5,5%. No ano, o setor ainda acumula alta de 3,8% e nos últimos 12 meses a expansão desacelerou para 3,9%, contra 5,0% do dado precedente.

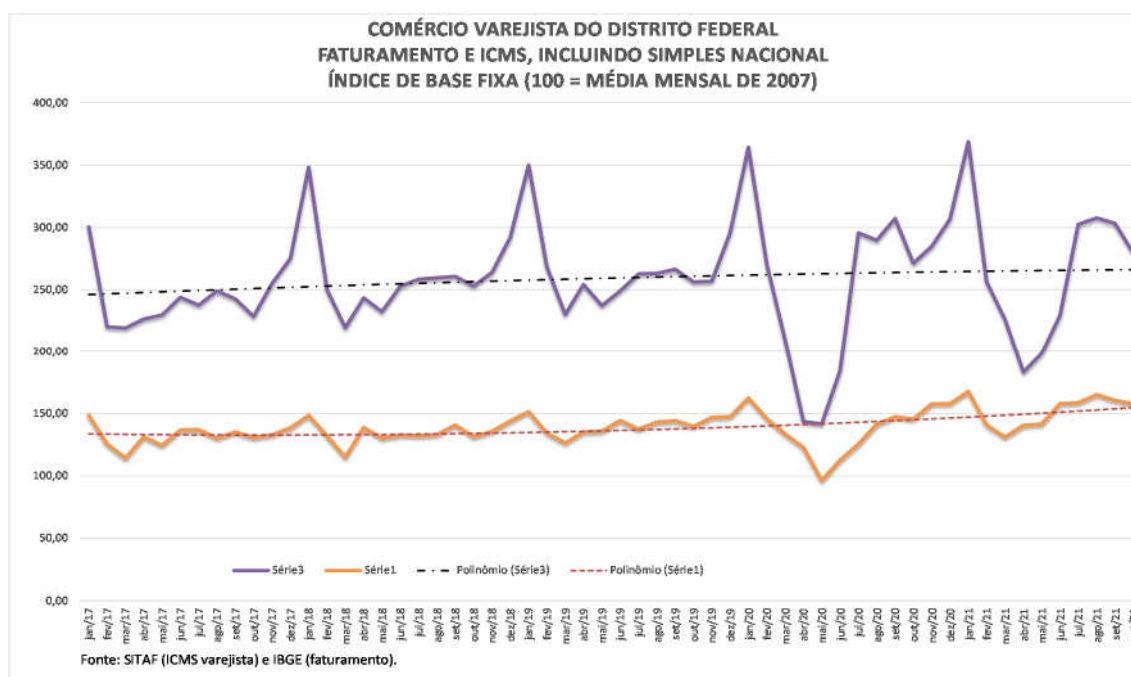


No Distrito Federal, o resultado para setembro também foi negativo, com decréscimo de 9,6 % no volume de vendas do comércio em setembro de 2021 frente a igual mês de 2020. As maiores perdas se deram em equipamentos e materiais de escritórios, informática e comunicação (-37,3%), móveis e eletrodomésticos (-29,9%) e combustíveis e lubrificantes (-27,1%). Por outro lado, apresentaram crescimento de vendas outros artigos de uso pessoal e domésticos (+31,7%) e artigos farmacêuticos, médicos, perfumaria e cosméticos (+13,6%).

Atividades -Volume de Vendas (em %)	(setembro21)/(setembro/20)	2021/2020
Comércio Varejista	-9,6	-4,0
1. Combustíveis e lubrificantes	-27,1	-21,6
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-11,3	-18,6
2.1. Hipermercados e supermercados	-13,2	-20,2
3. Tecidos, vestuário e calçados	4,5	26,2
4. Móveis e eletrodomésticos	-29,9	12,4
5. Artigos farmacêuticos, médicos, perfumaria e cosméticos	13,6	14,6
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	2,0	-6,1
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-37,3	-18,6
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	31,7	27,3
Comércio Varejista Ampliado	-7,8	1,1
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-3,3	7,7
10. Material de construção	-8,1	10,3

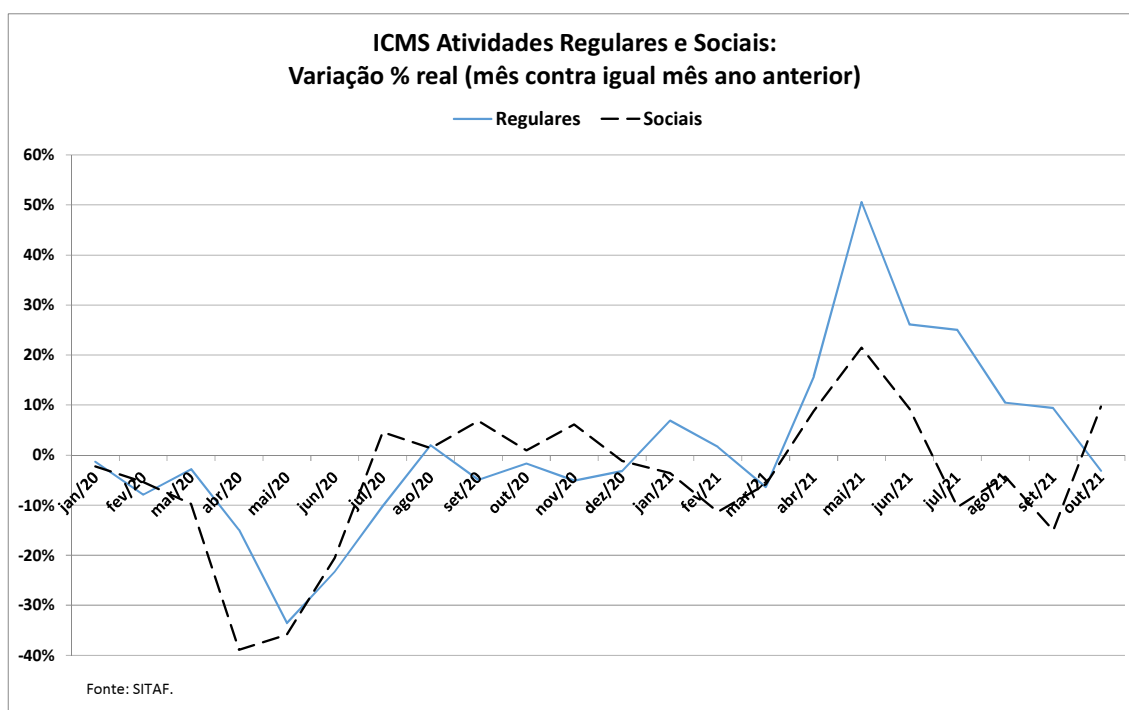
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

No que se refere ao comportamento da receita do ICMS frente ao indicador de desempenho do Comércio (PMC/IBGE), evidenciam-se quedas para as curvas representativas do faturamento e do recolhimento do ICMS pelo setor, replicando variações observadas para outubro dos anos anteriores.



2.6 Atividades econômicas e comportamento durante pandemia

A fim de observar a trajetória da arrecadação do ICMS durante a pandemia, as atividades econômicas foram agrupadas em dois grupos: regulares e sociais. Basicamente, a diferença entre os grupos é que as atividades sociais pressupõem maior contato social e, portanto, mais penalizadas pelo distanciamento social. No caso do ICMS, as atividades agropecuária, indústria, comércio atacadista, comunicação e combustíveis foram classificadas como atividades regulares¹, enquanto o comércio varejista e os serviços de transporte foram enquadrados como atividades sociais². A figura seguinte apresenta o desempenho do ICMS sobre as atividades econômicas.



Assim, é possível observar que o ICMS das atividades econômicas de forma geral já apresentava queda real ao longo do primeiro trimestre de 2020. Contudo, após fevereiro de 2020 e até maio de 2020, o ICMS das atividades sociais sofre maior impacto que a arrecadação advinda das atividades regulares.

¹ O segmento energia elétrica foi excluído da análise diante de atipicidades geradas pelas postergações do vencimento do imposto concedidas em 2019 para 2020.

² A classificação das atividades em regulares e sociais procurou seguir aquela utilizada no estudo "Covid-19, políticas de combate à crise e a recuperação desigual do emprego formal", série Estudos Especiais do Banco Central, Banco Central do Brasil, que por sua vez teve como referência Kaplan, Moll e Violante, *The Great Lockdown and the Big Stimulus, Tracing the Pandemic Possibility Frontier From the US*, NBER Working Paper Series, 2020.

Vale lembrar que o vencimento do imposto devido por contribuintes do Simples Nacional nos meses de abril a outubro foi prorrogado para outubro a dezembro de 2020.

Após maio de 2020, o ICMS das atividades sociais inicia trajetória de recuperação, apresentando variação real positiva entre outubro a novembro de 2020 e desempenho superior ao das atividades regulares. O ano de 2021 inicia-se com cenário inverso, com crescimento do ICMS das atividades regulares e queda do imposto das atividades sociais. Até maio, ocorre expansão da arrecadação das atividades regulares e sociais. De junho a setembro, as taxas de crescimento das arrecadações das atividades regulares e sociais apresentam declínio. Em outubro de 2021, depreende-se recuperação das atividades sociais e continuidade de declínio das atividades regulares.

2.7 ICMS Brasil

A arrecadação acumulada no período de janeiro a setembro de 2021 do ICMS em nível nacional, corrigida pelo INPC/IBGE, incluindo dívida ativa, multas e juros e Simples Nacional, apresentou acréscimo real de 18,7% frente ao mesmo período do ano anterior. A tabela a seguir apresenta o desempenho da arrecadação do ICMS por Unidade Federada.

ICMS BRASIL Janeiro a Setembro de 2021 - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

Unidade da Federação	2020	2021	Variação (em %)
MT Mato Grosso	12.342	15.555	26,03%
RO Rondônia	3.493	4.320	23,67%
MG Minas Gerais	41.769	51.179	22,53%
AP Amapá	785	958	22,02%
RS Rio Grande do Sul	28.673	34.651	20,85%
GO Goiás	14.380	17.293	20,25%
SC Santa Catarina	19.179	23.048	20,17%
ES Espírito Santo	9.488	11.375	19,88%
RJ Rio de Janeiro	30.049	35.838	19,27%
AC Acre	1.069	1.271	18,88%
AL Alagoas	3.373	4.003	18,68%
BA Bahia	19.712	23.391	18,66%
SP São Paulo	118.344	140.253	18,51%
CE Ceará	10.217	11.974	17,19%
PI PiauÍ	3.661	4.290	17,19%
MS Mato Grosso do Sul	8.942	10.467	17,05%
TO Tocantins	2.598	3.036	16,85%
PE Pernambuco	14.063	16.402	16,63%
PB Paraíba	4.833	5.634	16,57%
SE Sergipe	2.765	3.213	16,22%
PA Pará	10.955	12.673	15,68%
PR Paraná	25.194	29.140	15,66%
RR Roraima	1.011	1.163	15,08%
AM Amazonas	8.579	9.733	13,45%
MA Maranhão	6.544	7.394	12,98%
RN Rio Grande do Norte	4.549	5.068	11,40%
DF Distrito Federal	6.857	7.435	8,44%
BRASIL	413.427	490.757	18,70%

Fonte: SEAE/SEEC-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

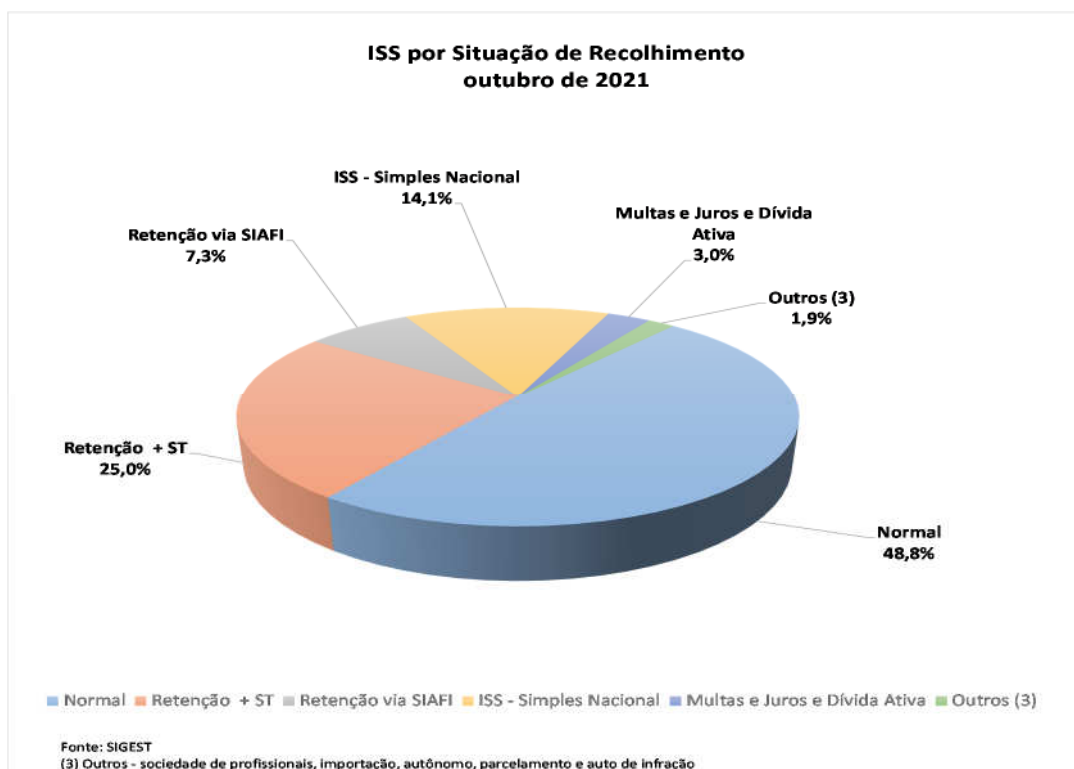
(a) Dados de setembro/21 utilizou-se a média do ano corrente em MT, GO, AL.

IV. ARRECADAÇÃO DO ISS

A receita por modalidade de recolhimento do ISS deixou de ser obtida por meio de consulta no SIGGO devido a reclassificação das contas de receita pela contabilidade pública. Para obter o perfil da arrecadação do imposto por modalidade de recolhimento, a fonte utilizada foi o SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO. Vale mencionar que a fonte SIGEST não contempla a modalidade ISS por retenção via SIGGO.

1. ISS por modalidade de recolhimento

No mês de outubro de 2021 a maior participação no total da receita do imposto é a do regime Normal de tributação com 48,8%, seguida do recolhimento efetuado sob responsabilidade por terceiros do setor privado - Retenção e Substituição Tributária (25,0%), do ISS Simples Nacional (14,1%), da Retenção via SIAFI (7,3%), das Multas e Juros e Dívida Ativa (3,0%) e de Outros (1,9%).



Destaques de outubro de 2021

Na comparação da arrecadação do ISS de outubro de 2021 com a do correspondente período de 2020 observaram-se aumentos nas modalidades de recolhimento, com exceção do regime **Normal** (-R\$ 3,0 milhões) e da **Retenção via SIAFI** (-R\$ 7,9 milhões).

O destaque positivo ocorreu na modalidade **Simple Nacional** (+R\$ 4,2 milhões). Vale destacar que o incremento de arrecadação proveniente do Simple, advém da prorrogação de vencimento do imposto referente aos meses de abril a junho para o segundo semestre de 2021, conforme Resolução do Comitê Gestor do Simple Nacional nº 158/2021. Tais medidas foram editadas com o propósito de mitigar os efeitos econômicos advindos da pandemia.

ARRECAÇÃO DO ISS POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO (1) E (2)							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real (em%)		Composição da arrecadação (out/21)
	out/20	jan-out/20	out/21	jan-out/21	out/21 /out/20	jan-out/21 / jan-out/20	
	Normal	82.477	735.795	79.451	830.117	-3,7%	
Retenção + ST	40.465	409.461	40.706	411.777	0,6%	0,6%	25,0%
Retenção via SIAFI	19.815	165.684	11.872	143.355	-40,1%	-13,5%	7,3%
ISS - Simple Nacional	18.807	170.377	22.991	205.520	22,3%	20,6%	14,1%
Multas e Juros e Dívida A	3.805	41.203	4.839	60.963	27,2%	48,0%	3,0%
Outros (3)	2.909	26.156	3.019	28.763	3,8%	10,0%	1,9%
Total da Arrecadação	168.278	1.548.675	162.878	1.680.495	-3,2%	8,5%	100,00%

Fonte: SIGEST

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

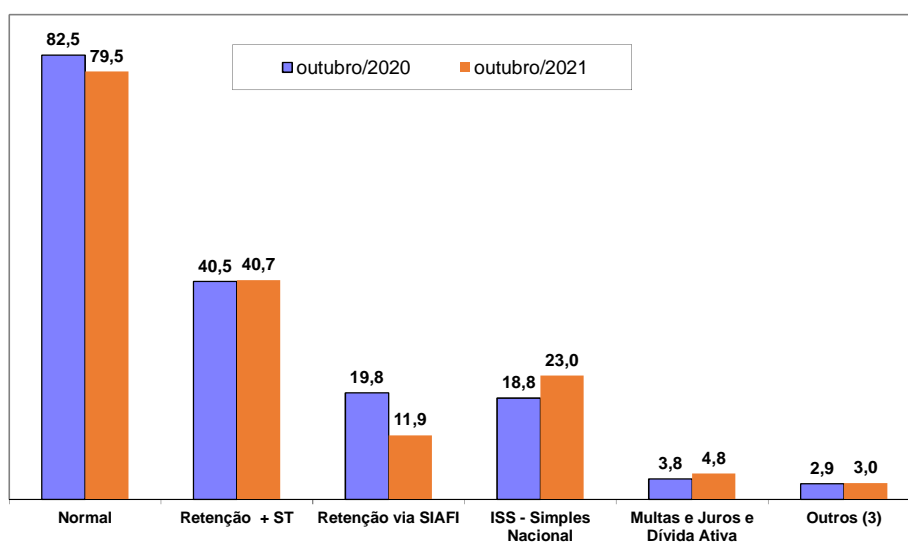
2. Exceto Retenção via SIGGO

3. Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração

Destaques do período de janeiro a outubro de 2021

Quanto ao comparativo do acumulado de janeiro a outubro de 2021 com o correspondente período de 2020, apenas a modalidade de recolhimento **Retenção Via SIAFI** apresentou queda (-R\$ 22,3 milhões). Apresentaram aumentos as modalidades **Normal** (+R\$ 94,3 milhões), **Simple Nacional** (+R\$ 35,1 milhões), **Multas e Juros e Dívida Ativa** (+R\$ 19,8 milhões) e o regime de **retenção privada** (+R\$ 2,3 milhões).

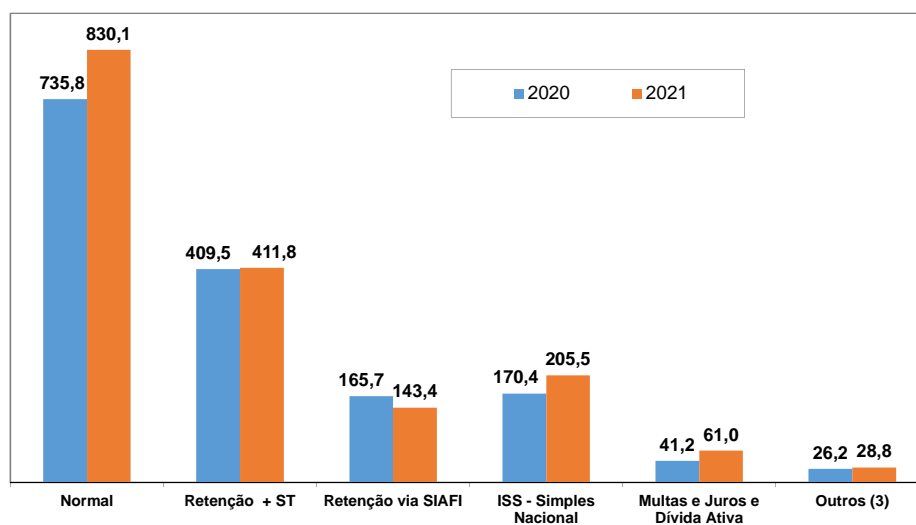
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de outubro/2021 (INPC/IBGE)



Fonte: SIGEST

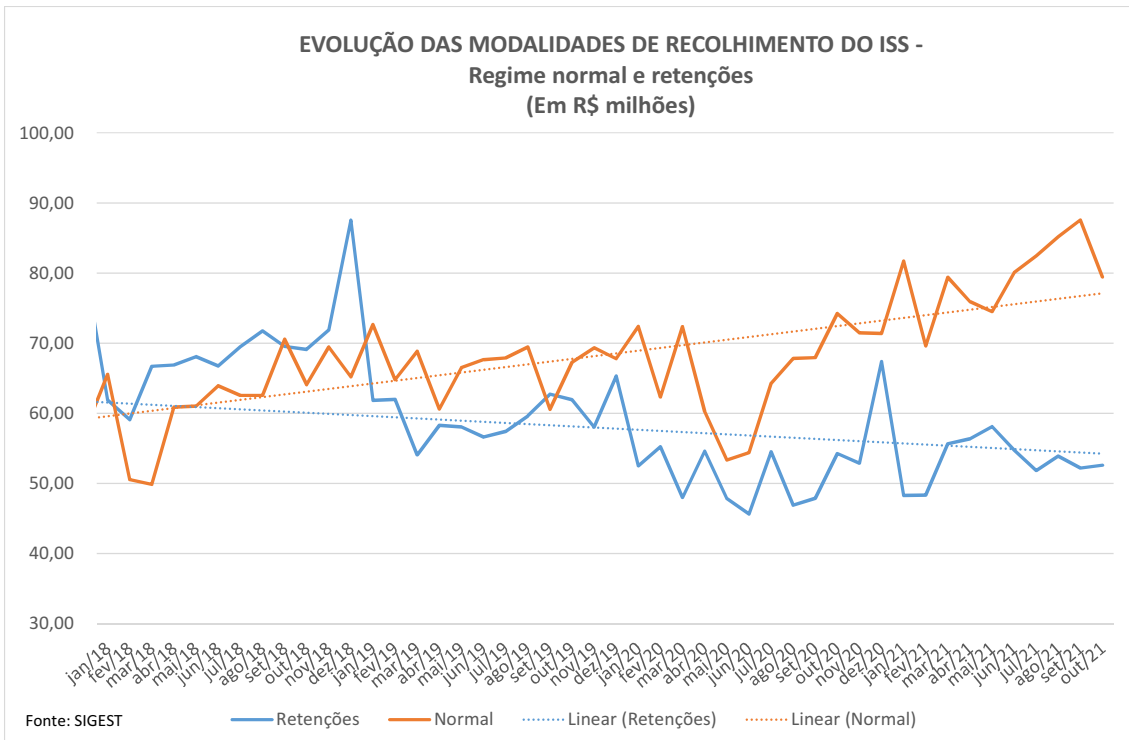
(3) Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração.

ISS por situação de recolhimento
2021 contra 2020 (acumulado até outubro)
Em R\$ milhões de outubro/2021 (INPC/IBGE)



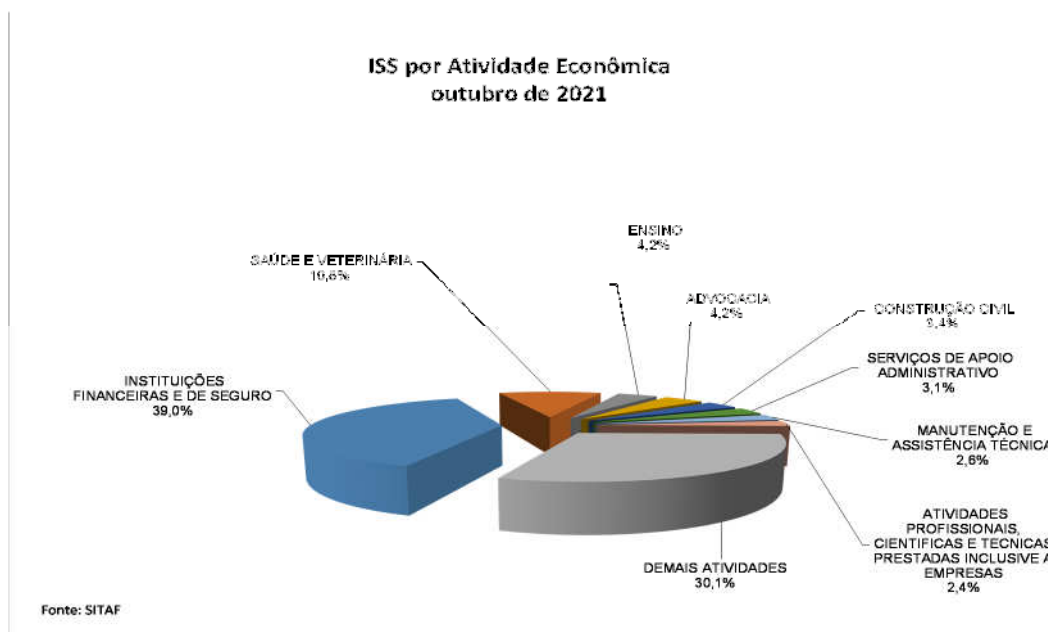
(3) Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração.

Quanto à evolução dos recolhimentos do regime normal e da retenção do imposto por responsabilidade (substituição tributária e retenção via SIAFI), de acordo com a figura a seguir, observa-se que em outubro houve decréscimo para o regime normal e ligeiro aumento para o conjunto das retenções.



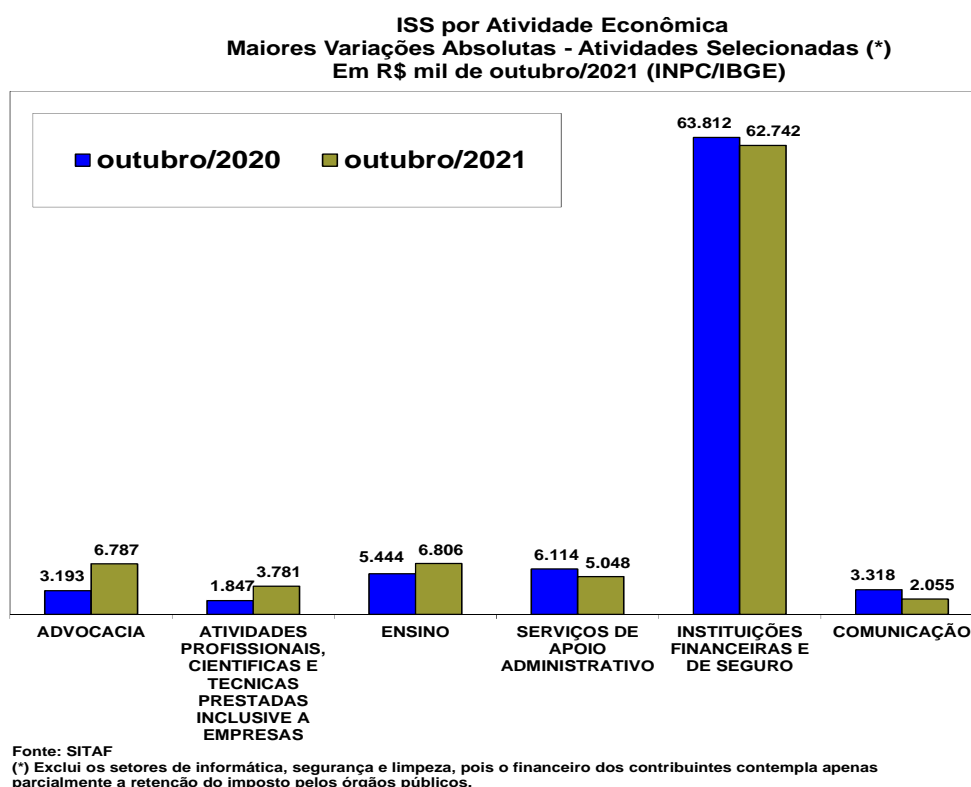
2. ISS por atividade econômica

A maior participação na arrecadação do imposto é do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (39,0%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (10,8%) e Ensino (4,2%). Contudo, quando agrupados os vários segmentos de baixa representatividade na arrecadação, a participação global desses segmentos atinge 30,1%.



Destaques de outubro de 2021

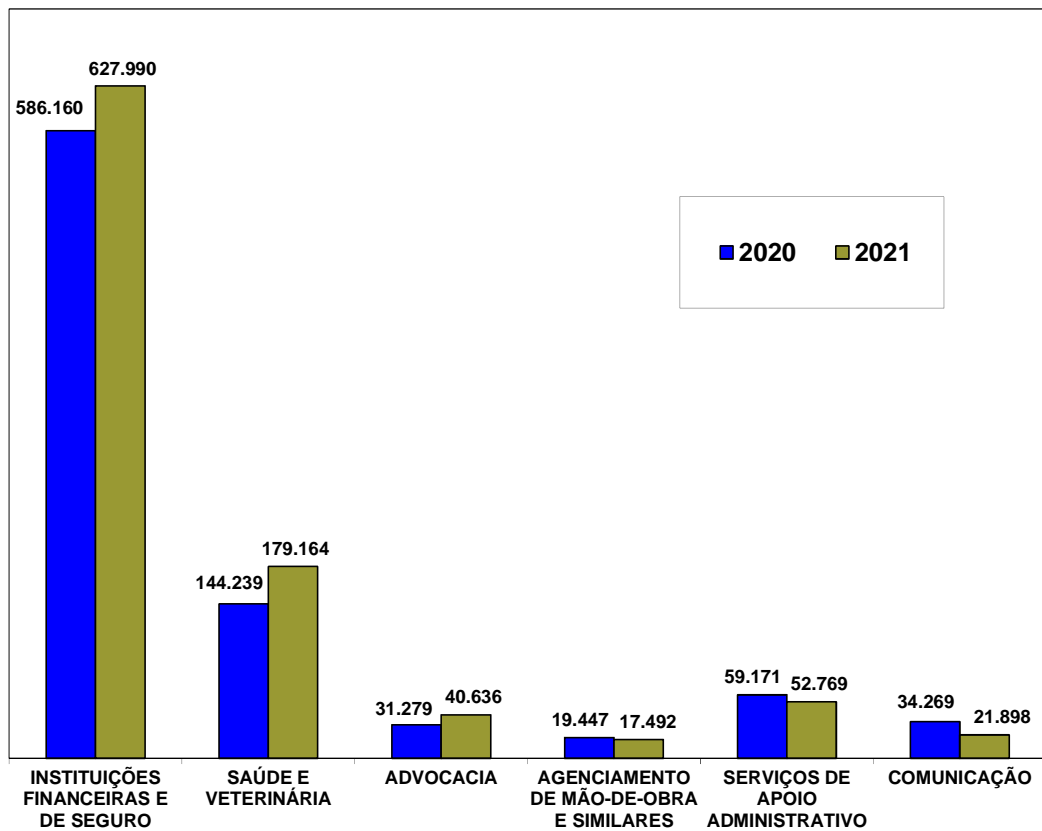
- Acréscimos reais em **Advocacia** (+R\$ 3,6 milhões), **Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas Prestadas Inclusive a Empresas** (+R\$ 1,9 milhão) e **Ensino** (+R\$ 1,4 milhão).
- Decréscimos reais em **Serviços de Apoio Administrativo** (-R\$ 1,1 milhão), **Instituições Financeiras e de Seguro** (-R\$ 1,1 milhão) e **Comunicação** (-R\$ 1,3 milhão).



Destaques de janeiro a outubro de 2021

- Acréscimos reais em **Instituições Financeiras e de Seguro** (+R\$ 41,8 milhões), **Saúde e Veterinária** (+R\$ 34,9 milhões) e **Advocacia** (+R\$ 9,4 milhões).
- Decréscimos reais em **Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares** (-R\$ 2,0 milhões), **Serviços de Apoio Administrativo** (-R\$ 6,4 milhões) e **Comunicação** (-R\$ 12,4 milhões).

ISS por Atividade Econômica
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas (*)
Valores acumulados até outubro (Em R\$ mil de outubro de 2021 - INPC/IBGE)

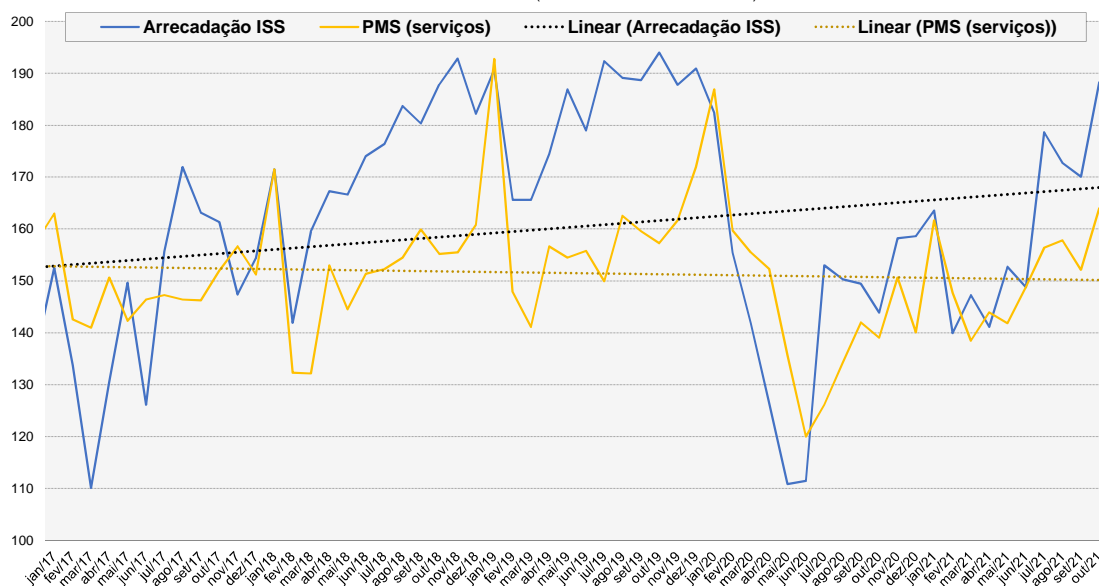


Fonte: SITAF

(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção do imposto pelos órgãos públicos.

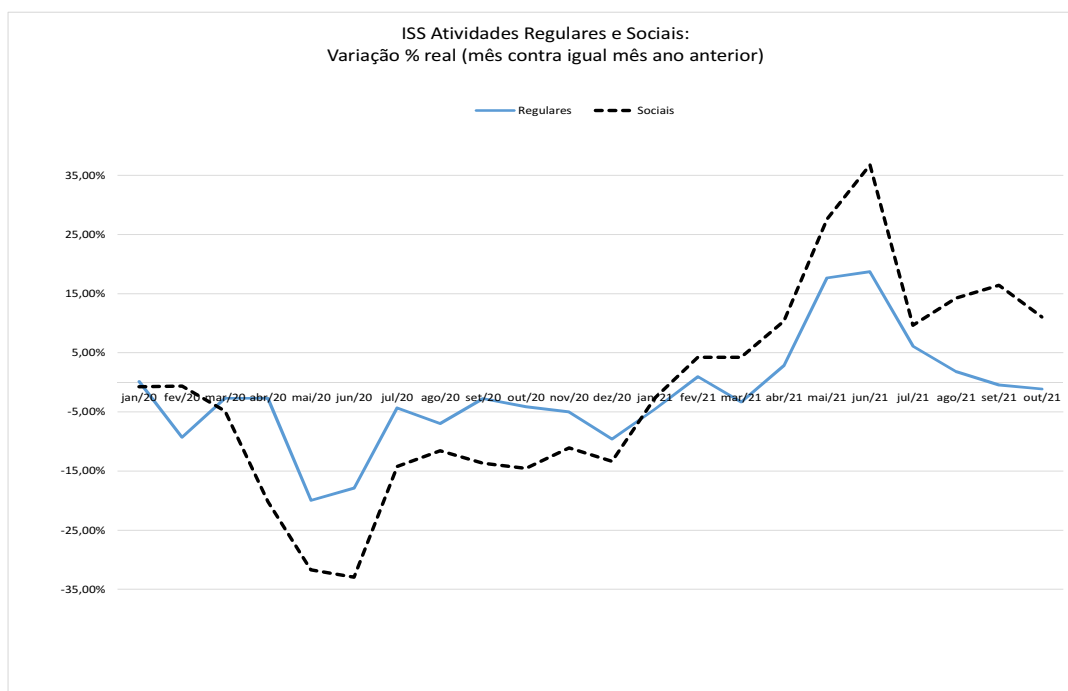
Avaliando o desempenho da receita do ISS frente ao indicador de desempenho da atividade econômica de serviços no DF (PMS/IBGE), conforme gráfico estampado abaixo, depreende-se que em outubro tanto a variável do desempenho do setor de serviços (PMS_DF) quanto a do ISS apresentaram aumento.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL
PMS (SERVIÇOS) e ISS, EXCLUSIVE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SAÚDE e EDUCAÇÃO
índice de base fixa (100 = média mensal de 2014)



Fonte: IBGE (PMS) e SITAF (ISS).

Por fim, no contexto da pandemia, tal como no ICMS, a trajetória da arrecadação do ISS das atividades econômicas foi tratada por meio do agrupamento das atividades em dois grupos: regulares e sociais. Como atividades regulares foram classificados os segmentos de instituições financeiras; construção civil; serviços de teleatendimento; atividades profissionais, científicas e técnicas; holdings, administração de fundos e gestão de ativos não-financeiros; comunicação; publicidade; gráfica e editoração; informática; segurança; e serviço público. Os demais serviços foram enquadrados nas atividades sociais. O comportamento do ISS sobre as atividades econômicas é exposto na figura seguinte.



Da mesma forma que no ICMS, as atividades regulares e sociais já apresentavam queda real da arrecadação do ISS no período pré-pandemia (primeiro trimestre de 2020). Após março de 2020, a queda da arrecadação das atividades regulares agravou-se de forma tardia e em menor proporção que a queda apresentada pelas atividades sociais.

Nos meses seguintes a maio/junho de 2020, as arrecadações das atividades regulares e sociais iniciam trajetória de perdas menores, especialmente as atividades regulares. Nesse contexto, tem-se o efeito da prorrogação do vencimento do imposto devido por contribuintes do Simples Nacional de abril a junho para outubro a dezembro de 2020. No período de janeiro a junho de 2021 as atividades regulares e sociais apresentam em geral tendência de crescimento. Observa-se que nos meses de julho a setembro as atividades regulares apresentaram decréscimos, enquanto as sociais apresentaram decréscimo em julho, mas aumentos em agosto e setembro. Em outubro de 2021 tanto as atividades regulares quanto as sociais apresentaram decréscimos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(10 outubro 2021 - Séries Históricas.xls).